

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

C122 Caderno de experiências: práticas pedagógicas em escolas do campo, da realidade à formação crítica e auto-organização dos estudantes / Organizado por Marlene Lúcia Siebert Sapelli e Marcos Gehrke.– Guarapuava: Unicentro, 2017.– (Caderno de Educação do Campo, 1). 199 p.

Bibliografia
ISSN 2527 0788

1. Educação. 2. Educação do Campo. 3. Escolas. 4. Sapelli, Marlene Lúcia Siebert. 5. Gehrke, Marcos. I. Título.

CDD 20. ed. 370.19346

EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PE.VICTOR COELHO DE ALMEIDA – REINVENTANDO SEU PLANEJAMENTO A PARTIR DO INVENTÁRIO DA REALIDADE

Claudemir Esquerdo Corral; Jucélia Castelari Lupepsa; Luciana Maria de Matos e Silva; Maria Rosenilda Pingas

Introdução

Este trabalho relata a experiência pedagógica vivida no Projeto Novos Talentos, desde a relação e produção dos planos de ensino a partir do Inventário da Realidade, aspecto mais relevante vivido na experiência do Colégio Estadual do Campo Pe. Victor Coelho de Almeida – EFM, localizado no município de Pitanga, no Distrito Rio XV de Baixo.

Apresentamos brevemente a realidade da escola, tendo como base o Projeto Político Pedagógico e dados oficiais de funcionamento da mesma. Uma contextualização sobre o momento inicial dos trabalhos, legislação que impulsionou os primeiros passos no sentido de buscar mudanças na prática pedagógica, relato do primeiro ano de trabalho, antes ainda da implantação do Projeto Novos Talentos.

Relatamos os anos seguintes de trabalho, de modo que possamos verificar os caminhos e descaminhos do trabalho pedagógico, visando a implementação de uma prática pedagógica capaz de mudar o processo de planejar as aulas, para assim, também, transformar as práticas metodológicas, a partir do Inventário da Realidade, possibilitando maior aprendizado aos estudantes partícipes do processo.

A metodologia utilizada foi a busca de documentos nos arquivos da escola que pudessem trazer a memória de todo o processo de implantação do projeto de formação continuada, visando a construção do Inventário da Realidade para a efetivação do planejamento dos professores. Para qualificar a produção de dados, buscamos no referencial normativo sobre a Educação do Campo, a legislação da área e o referencial teórico e o vivido durante o Projeto Novos Talentos.

Na primeira seção, apresentamos o contexto do Colégio Padre Victor Coelho de Almeida, histórico e organização, na segunda, a implementação do Projeto, seguida pela construção do inventário e o trabalho com o planejamento

coletivo e interdisciplinar. Por fim, a quinta seção traz o papel das pedagogas no acompanhamento da experiência e as considerações finais com as referências utilizadas.

Caracterização da Escola

A fim de dinamizar a escrita, a partir deste momento, vamos chamar o Colégio Estadual do Campo Padre Victor Coelho de Almeida – EFM, de Colégio Pe. Victor.

O Colégio Pe. Victor está situado na Rua Principal, Distrito Rio XV de Baixo – CEP: 85200-000 – Pitanga – Paraná, tendo como telefone: (42) 8425 3459 e e-mail: piqpadrevictor@seed.pr.gov.br. Seu código do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira é: 41097335 e SAE – Sistema de Administração Escolar:02780.

Figura 22 – Localização da Comunidade

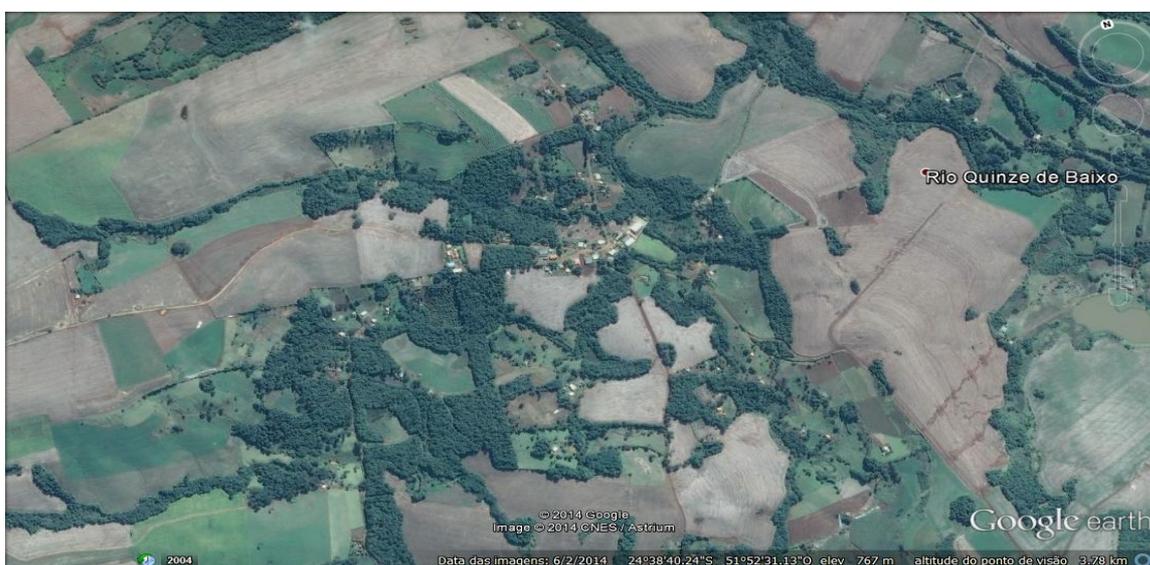


Foto de satélite/Google Earth – acesso em 03 de Abril de 2016

Figura 23 – Localização do Colégio



Foto de satélite/Google Earth – acesso em 03 de abril de 2016

O Colégio Pe. Victor foi fundado em 16/11/1990, inserindo-se na rede pública estadual de educação, tendo inicialmente como objetivo, atender os educandos das séries finais do Ensino Fundamental, pois na comunidade escolar a qual pertencia existiam muitos estudantes que já haviam concluído as séries iniciais com dificuldade de dar continuidade à formação escolar. Após todo um processo legal e burocrático, por parte da Secretaria de Estado da Educação, o Conselho Estadual de Educação, por meio da Resolução 3.507/90, DOE 06/12/90, resolve criar a Escola Estadual Pe. Victor Coelho de Almeida e autorizar o ensino de 5^a a 8^a séries.

Em 2005, buscou-se junto ao Conselho Estadual de Educação autorização para o funcionamento do Ensino Médio ao qual deu parecer favorável por meio da Resolução 336/06, autorizando este estabelecimento a ofertar o Ensino Médio a partir do ano de 2006. A partir de então, a escola veio a ser denominada Colégio Estadual Pe. Victor Coelho de Almeida - Ensino Fundamental e Médio.

No ano de 2006, o Colégio iniciou suas atividades com duas turmas do Ensino Médio, sendo que, em 2007, já haviam três turmas, sendo: 1^a, 2^a e 3^a séries do Ensino Médio, demonstrando a grande demanda existente nas comunidades vizinhas, de jovens e adultos que não haviam cursado o Ensino Médio.

A partir de 2012, o estabelecimento foi credenciado para ofertar a Educação Básica pela Resolução 746/2012, também com essa Resolução o Colégio passa a denominar a segunda fase do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano. A tabela 1 resume todos os Atos legais por quais passou a escola.

Quadro 5 - Legislação para funcionamento do Colégio

ATO	ASSUNTO	DATA
Res. 3507	Autorização de Funcionamento da Escola	16/11/1990
Res. 3507	Autorização de Funcionamento do EF	16/11/1990
Res. 336	Autorização de Funcionamento do EM	13/02/2006
Res. 6120	Reconhecimento do EF	16/12/1994
Res. 5323	Reconhecimento do EM	19/11/2008
Res. 6930	Renovação do Reconhecimento do EF	20/11/2012
Res. 4520	Renovação do Reconhecimento do EM	26/08/2014
Res. 2836	Autorização de Funcionamento SEM	18/07/2007
Res. 7058	Renovação da Autoriz. de Funcionamento SEM	26/11/2012

Fonte: Sistema SEREWEB, acessado em 05/04/2016

Em 2012, atendendo à Resolução 6327/2012 – DEDI/SEED, a escola reconheceu a nomenclatura Colégio Estadual do Campo Padre Victor Coelho de Almeida – EFM. Tratamos sobre essa importante mudança mais adiante, de forma mais detalhada.

O Colégio Estadual do Campo Pe. Victor Coelho de Almeida-EFM recebe educandos de várias localidades, como: Rio XV de Baixo, Rio XV de Cima, Rio Bandeira, Rio Taquaruçu, Rio Vorá, Rio das Pedras, Arroio Grande dos Koupak, Arroio Grande Santo Antonio e do Rio Corumbataí.

A Comunidade Escolar vive essencialmente do trabalho no campo, com um nível de escolaridade razoavelmente baixo. A grande maioria dos educandos depende do Transporte Escolar.

Compartilha o prédio com a Escola Municipal do Campo São Judas Tadeu, o qual é cedido pela Prefeitura Municipal de Pitanga, conta com 9 salas de aula, uma sala para Secretaria, Direção e Equipe Pedagógica, uma sala onde funcionam a Biblioteca, laboratório de informática e de ciências. Dois banheiros para os educandos, sendo um feminino e um masculino, um banheiro para os professores e funcionários, uma cozinha e um depósito para merenda de uso compartilhado com a Escola Municipal.

No ano de 2016, estavam matriculados 121 educandos. Destes, 69 eram dos anos finais do ensino fundamental e 52 do Ensino Médio.

A escola oferta o Programa Federal Mais Educação, com professor contratado pela Secretaria de Estado da Educação para desenvolver os Projetos de Horta Escolar, Dança e Aprofundamento Pedagógico. Oferta também o Programa AET- Hora treinamento na modalidade de Futsal, realiza o trabalho especializado com as dificuldades de aprendizagem com a Sala de recurso Multifuncional e, até o início de abril do ano de 2016, ofertou Celem I e II – Espanhol. As turmas do CELEM foram fechadas, pois as professoras entraram de licença maternidade e não existia outro profissional habilitado para assumir.

O quadro de funcionários se altera todos os anos com a rotatividade dos profissionais, devido à questão de que a grande maioria são profissionais contratados sem vínculo permanente com a Secretaria de Estado de Educação, resultado de uma política que não prioriza concursos públicos e, conseqüentemente, a qualidade do processo educacional. Mesmos os profissionais do Quadro Próprio do Magistério não têm dedicação exclusiva, precisando trabalhar em três ou mais escolas para fechar sua carga horária.

Uma característica forte da comunidade escolar é a necessidade do uso do transporte escolar, sendo que a distância máxima percorrida é de 29Km, somando 58Km o total percorrido por educandos. No geral, são estradas sem manutenção, o que torna o percurso ainda mais difícil.

No ano de 1990, com o processo de nuclearização, todas as escolas das séries iniciais, multisseriadas ou seriadas, da região do Distrito XV de Baixo, foram fechadas e os educandos transferidos para a Sede do Distrito Rio XV de Baixo, onde são atendidos pelo Município de Pitanga, na Escola Municipal São Judas Tadeu, que funciona em dualidade com o Colégio Pe. Victor.

Conforme o Projeto Político Pedagógico da Escola (PARANÁ, 2014), a comunidade do Rio XV de Baixo é essencialmente rural, sendo formada na sua maioria por pequenos proprietários e pessoas que trabalham na lavoura como empregados rurais. A maior parte da produção está voltada para produtos de subsistência, como: arroz, feijão, milho, leite, hortas e bicho da seda.

Os equipamentos utilizados na produção, na maioria das propriedades, ainda são por tração animal e grande parte dos agricultores não costumam fazer financiamentos bancários, utilizando somente recursos próprios para custear a produção.

O antagonismo entre as classes sociais está presente e os conflitos e contradições vivenciados pelos camponeses também. A maior quantidade de terras está nas mãos de uma porcentagem mínima de famílias, que prezam o agronegócio e suas tecnologias.

O número de componentes da família varia entre quatro e sete pessoas, a mulher tem jornada dupla de trabalho, agricultura e trabalhos domésticos. O grau de instrução dos pais dos nossos estudantes, na sua maioria, não ultrapassa a 4ª série do Ensino Fundamental, bem como a renda mensal não ultrapassa um salário mínimo e cerca de 65% recebem algum benefício do governo.

Num levantamento feito pelo Colégio, para verificar o que os pais pensam sobre o estabelecimento de ensino em que seus filhos estudam, aproximadamente 91% dos pais consideram o Colégio como ótimo ou bom.

O sistema de avaliação do Colégio Pe. Victor atribui notas a avaliações e trabalhos, conforme consta no Regimento Interno. A avaliação feita pelos professores é somatória e contínua, observando-se a participação dos educandos, de trabalhos em grupo ou individual, avaliação escrita, atividades extraclasse, aproveitamento em sala de aula, pesquisas, seminários, entre outros. A recuperação é concomitante, sendo realizada quando o educando não tem um bom desempenho na aprendizagem, assim os professores retomam o conteúdo e é feita nova avaliação.

O conselho de classe é realizado em três etapas: 1ª) o pré-conselho, através de fichas, para que haja um conhecimento prévio dos educandos no Conselho de Classe; 2ª) O conselho de classe propriamente dito, com a participação de alguns estudantes representantes do Grêmio que, em conjunto com a Equipe Pedagógica, professores e direção, analisam as dificuldades e também sugerem melhorias quanto ao encaminhamento das aulas; 3ª) No pós-conselho são repassados os encaminhamentos discutidos no conselho, aos demais estudantes. Podemos observar que houve uma evolução em nosso Conselho de classe, focado na aprendizagem dos educandos e na busca de alternativas para superar as dificuldades enfrentadas.

O índice de reprovação da escola é mínimo de 0 a 5%, o que pode ser considerado um bom desempenho. A evasão de 5,41% no Ensino Médio,

tendo como referência o ano de 2014, é bastante preocupante. Os motivos de evasão são principalmente devido ao casamento precoce entre adolescentes.

Quanto à infraestrutura do Colégio, no ano de 2010, tivemos uma grande conquista, que foi a construção da quadra de esportes, resultado de uma luta de vários anos. Percebeu-se como os educandos se sentiram motivados a participar das aulas de Educação Física, bem como de outras atividades que são realizadas neste espaço, como apresentações de danças, teatros, entre outros.

No ano de 2013, a escola recebeu a reconstrução das quatro salas de aula queimadas em 2009. Antes da reconstrução dos espaços, era difícil o funcionamento da sala de recursos e de outros projetos no período vespertino, pois, devido ao espaço reduzido das instalações, essas atividades funcionavam de forma improvisada na sala dos professores e no laboratório de informática/Biblioteca.

Um problema da infraestrutura existente em 2010 foi a falta de muros no entorno da escola, problema que foi superado em 2013. No entanto, ainda sofremos com o problema da localização da cozinha e dos banheiros, um fica ao lado do outro, demonstrando um problema de saneamento que, agora no ano de 2016, está se tentando, de forma paliativa, ser resolvido, mudando a disposição das portas, para diminuir o contato e zelar pelo saneamento e qualidade na alimentação.

Um outro ponto crítico é a localização de bares próximos ao Colégio, o que exige uma atenção máxima de todos os funcionários, equipe pedagógica e direção, para que os educandos não gazeiem aula e se dirijam até estes estabelecimentos, principalmente no período noturno e no término das aulas. O que tem sido mais difícil é a espera dos educandos pelo ônibus que traz os educandos da faculdade até a escola para daqui ir com o transporte escolar para casa, no entanto, o tempo de espera dos educandos após o término das aulas é de mais ou menos 30 minutos. Nesse período, pelo fato de estarem sozinhos, têm ocorrido alguns problemas de comportamento que preocupa a comunidade escolar como um todo.

Quanto à atuação do Conselho Escolar, este tem um trabalho efetivo junto aos demais órgãos colegiados. A APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários) do Colégio é atuante, participam ativamente de reuniões e de

promoções, visando sempre a melhoria do colégio. O Grêmio Estudantil está formado no Colégio, mas a sua atuação ainda é tímida, apenas quando solicitada pela direção da escola. Nesse cenário, iniciou-se uma tentativa em estruturar outras formas de auto-organização dos estudantes, porém, sem muito êxito.

Até 2012, o Colégio estabelecia parceria com o SENAR, oferecendo cursos de aperfeiçoamento para educandos e comunidade. Na tentativa de romper com essa lógica empresarial, no ano de 2012, foi solicitado junto à Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná um programa de extensão, para formação continuada voltada à implementação de práticas pedagógicas fundamentadas nos princípios da Educação do Campo. A Universidade respondeu positivamente à solicitação, estabelecendo parceria com o NRE – Pitanga, para acompanhar a formação continuada no Colégio Estadual do Campo Pe. Victor Coelho de Almeida. A ação principal seria qualificar o processo de planejamento das aulas, construindo um planejamento coletivo e interdisciplinar, tendo sempre como ponto de partida a realidade do educando. Na próxima sessão vamos detalhar mais essa ação, que é objeto desse artigo, partindo do contexto normativo até a implantação do Projeto Novos Talentos.

Descrição do Processo de Implantação do Projeto Novos Talentos

O ano de 2010 foi um importante marco normativo da Educação do Campo no Estado do Paraná e, conseqüentemente, para as Escolas do Campo paranaense. No dia 06 de outubro de 2010, foi aprovado o Parecer CEE/CEB Nº. 1011/10 que visava responder a demanda sobre a consulta sobre as normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo (PARANÁ, 2010).

Em atendimento ao Parecer, a Secretaria de Estado da Educação (SEED), em 18 de novembro de 2010, emite a Resolução 4783/10 que:

Institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional com vistas à garantia e a qualificação do atendimento escolar aos diferentes sujeitos do campo, nos diferentes níveis e modalidades de ensino da Educação Básica (PARANÁ, 2010).

A Resolução nomeia a população camponesa, caracteriza a Escola do Campo paranaense e pontua elementos necessários para uma Educação do Campo de qualidade, assim como, responsabiliza a Secretaria de Estado da Educação, dizendo qual função lhe cabe.

Considerando a legislação citada, a SEED, no uso de suas atribuições, estabelece Instrução Normativa – 01/2010 – que orienta desde a própria Secretaria até as Unidades Escolares a se organizarem para realizar o processo, conforme orientação da mantenedora, cabendo à Direção e Equipe Pedagógica da Escola, entre outras coisas:

I. definir a identidade da Escola do Campo em assembleia pela Comunidade Escolar em conjunto com a comunidade local, sob a coordenação do respectivo NRE de Educação e a Direção, com registro em Ata; II. solicitar o reconhecimento da escola como Escola do Campo, junto ao SERE, para adequação dos registros para fins de informação censitária, estatística, político-pedagógica e de financiamentos específicos e conjuntamente com uma cópia da ata, protocolá-lo no NRE ao qual sua escola está jurisdicionada (PARANÁ, 2010).

A comunidade do Colégio Pe. Victor alterou sua nomenclatura no ano de 2011, atendendo às orientações e passou a se reconhecer como Colégio Estadual do Campo Padre Victor Coelho de Almeida. Nesse sentido, no ano de 2012, na Semana Pedagógica de julho, foi realizado um curso de formação continuada resgatando o histórico, princípios e aspectos normativos da Educação do Campo, tirando como encaminhamento final a proposta de dar continuidade ao processo de formação, com ênfase no trabalho pedagógico.

No final do ano de 2012, o coletivo do Colégio Estadual do Campo Padre Victor Coelho de Almeida solicitou junto ao Departamento de Pedagogia da Universidade do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO, acompanhamento pedagógico para qualificar o trabalho pedagógico, como já indicamos, a fim de serem coerentes com os princípios da Educação do Campo previstos no projeto político pedagógico da escola.

A escola foi atendida e iniciamos as primeiras reuniões de organização. Em outubro de 2012, reuniram-se nas dependências da escola comunidade escolar, Chefia e técnicos do Núcleo Regional de Educação e Professores

Marcos Gehrke e Marlene Lucia Siebert Sapelli, representantes do Grupo de Pesquisa MovCAMPO da Unicentro.

O objetivo desta reunião era apresentar os fundamentos da Educação do Campo e verificar se a escola concordava com tais fundamentos. Dentre eles, era ter a consciência de que a Educação do Campo defende o campo da agricultura camponesa e combate toda agricultura baseada na monocultura e agronegócio. Professora Marlene fez uma breve contextualização dos princípios da Educação do Campo e, em seguida, a comunidade escolar se posicionou positivamente, assumindo o compromisso em ser coerente com o exposto, inclusive não fazendo adesão a programas como o Programa Agrinho, financiado por grandes multinacionais ligadas ao agronegócio.

Figura 24 – Primeira Reunião



Fonte: Arquivos da Escola, tirada em outubro de 2012

Esse encontro selou o início da formação continuada. Foi um momento importantíssimo para a Comunidade Escolar e, a partir daí, muitas mudanças estavam por vir.

No ano de 2013, iniciamos o trabalho de formação continuada denominado Curso de Formação Continuada em Educação do Campo:

reflexões sobre currículo, planejamento, e práticas de ensino, na modalidade de Curso de Extensão (UNICENTRO, 2013).

O objetivo geral do projeto era desenvolver a formação continuada dos educadores e funcionários das escolas, bem como ampliar a compreensão sobre Educação do Campo (UNICENTRO, 2013).

Inicialmente, o professor Marcos Gehrke e a professora Marlene Lucia Siebert Sapelli, ambos do Departamento de Pedagogia da Unicentro, ficaram responsáveis pelo projeto, utilizando espaços de reuniões pedagógicas, reunindo professores, funcionários, pais e estudantes para iniciar uma investigação, com o objetivo de construir o inventário da realidade. Na sequência, discutir e construir os planos de trabalhos de forma interdisciplinar e coletiva, relacionando as questões que compõem o Inventário da Realidade com os conteúdos formais do currículo.

Todo esse processo inicial de construir o Inventário da Realidade, e os planos de trabalho, serão expostos na seção seguinte, de forma mais detalhada.

Construção do Inventário

Levantar dados para construir o Inventário da Realidade foi o primeiro passo do trabalho. Os dados foram coletados seguindo a orientação dos professores, descrevendo o que existia na comunidade, de acordo com cada elemento proposto: Questões com as famílias; Agências formativas; cultura local/costumes; tipo de trabalho existente no entorno da escola e no município; origem das famílias; pautas e lutas sociais existentes; contradições e problemáticas da comunidade; auto-organização das comunidades e dos sujeitos; influências externas e relação com a sociedade; instituições (organizações, sindicatos, igrejas, cooperativas, comércio, indústria); fontes educativas no entorno da escola e comunidade (PARANÁ, 2013).

Feito isso, nos dias 05 e 06 de fevereiro de 2013, reunimos todos os professores e funcionários, pais e alguns estudantes, para dar início às atividades de formação e construção do Inventário da Realidade.

Figura 25 – Encontro de planejamento para construção do Inventário da realidade



Fonte: Arquivos da Escola, tirada em Fevereiro de 2013.

Todos os dados coletados estavam anotados em tarjetas que eram coladas na parede da escola para que fossem visualizadas pelos participantes, o objetivo era inventariar tudo o que tinha na comunidade escolar.

Figura 26 – Construção do Inventário da Realidade



Fonte: Arquivo da Escola, tirada em Fevereiro de 2013

Depois de todas as informações expostas, iniciamos o trabalho de organizar em eixos cada item apresentado. Os eixos seriam: Trabalho; Lutas,

Movimentos Sociais e outras formas de organização; aspectos Culturais, e; Fontes Educativas do Meio. Cada Eixo formaria uma coluna do Inventário da Realidade e cada item que compõe o eixo formaria as Porções da Realidade, que representam um pequeno elo entre a realidade e o Currículo Escolar. As mesmas também representam algo que se faz presente na Comunidade Escolar e local de forma viva, real, que carrega consigo inúmeros significados, contradições, fenômenos.

Figura 27 - Eixos do Inventário da realidade



Fonte: Arquivo da Escola, tirada em Fevereiro de 2013

Depois de todo o trabalho realizado, chegamos ao seguinte Inventário da Realidade, cada item do Inventário foi chamado de Porção da Realidade.

Quadro 6 - Inventário da realidade

TRABALHO	LUTAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	ASPECTOS CULTURAIS	FONTES EDUCATIVAS DO MEIO
Trabalho assalariado no Agronegócio;	Sindicatos de trabalhadores rurais e patronal;	Religiosidade: Ritos Romano e Ucraniano;	Sítios Arqueológicos;
Trabalho assalariado na Agricultura	MST; SISMUP/APP;	Festas Religiosas, comunitárias,	Rios: Rio Pitanga, Rio borboleta, Rio XV, Rio Corumbataí, Rio

<p>Familiar;</p> <p>Diversificação na produção: soja, milho, feijão leite, suinocultura, fumo, bicho da sida e plantas medicinais;</p> <p>Trabalho na agricultura mecanizada e manual;</p> <p>Trabalho temporário (construção civil – usina hidroelétrica);</p> <p>Criação do bicho da Seda;</p> <p>Horta para comercialização;</p> <p>Produção e fabricação das vassouras;</p> <p>Tendas de comercialização na beira da BR;</p> <p>Experiências com agroecologia;</p> <p>Primeira turma de Pronatec Campo – Agricultura orgânica;</p> <p>Comercio local: bares, mercearias, botecos, pequenas confecções.</p>	<p>Pastoral da criança; Formas diferenciadas de organização das comunidades;</p> <p>Grupo de jovem;</p> <p>Clubes de mães;</p> <p>Cooperativas Agrícolas;</p> <p>Coacepa – Coorlaf;</p> <p>Associação do Bicho da Seda, Leite e água;</p> <p>Merenda (PNAE/PAA);</p> <p>Cooperativas de Crédito: CRESOL – SICREDI;</p> <p>Cooperativas Agrícolas COAMO/C.VALE/CAMPAGRO;</p> <p>Postos de Saúde;</p> <p>Assentamento, Pequena propriedade e Fazendas;</p> <p>Transporte escolar 30km;</p> <p>Pais analfabetos ou com pouca escolaridade;</p> <p>Famílias de baixa renda;</p> <p>Aposentadas e Aposentados;</p> <p>Famílias sem Energia Elétrica;</p> <p>Estudantes sem educação básica;</p> <p>Movimento migratório permanente;</p> <p>Condições das estradas vicinais: precárias, sem manutenção;</p> <p>Programas Sociais – Bolsa Família, programa leite na escola;</p>	<p>escolares e pagãs;</p> <p>Igrejas: Evangélicas, Católicas e Ucrânicas;</p> <p>Famílias de origem indígena, ucraniana, alemã, polonesa, italiana, africana e brasileira;</p> <p>Erotização precoce e sexo na infância e pré-adolescência;</p> <p>Vícios: Drogas, alcoolismo; Tabagismo e jogos de azar;</p> <p>Casamento Precoce.</p>	<p>Liso/Das Pedras, Rio Bandeira, Rio Das Antas, Rio Vorá, Arroio Grande;</p> <p>Açude;</p> <p>Tanques;</p> <p>Moinhos e monjolos desativados;</p> <p>Limites com os munic.: Manoel Ribas, Nova Tebas, Mato Rico, Boa Ventura de São Roque e Santa Maria do Oeste;</p> <p>Caminho de Peabiru;</p> <p>Hidrelétricas: Itaguaçu e São Jorge;</p> <p>Mata Ciliar pertencente ao terreno escolar;</p> <p>Terra da Escola;</p> <p>Território perpassado pela PR 460 e 466,</p> <p>Estradas municipais e vicinais;</p> <p>Presença forte da araucária;</p> <p>Relevo em forma de planalto</p>
--	---	---	--

Fonte: arquivos da escola, 2016

Estando o Inventário da Realidade finalizado, foram escolhidas as Porções da Realidade para cada Turma de Escolarização – 6º, 7º, 8º e 9º, turmas do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º Anos do Ensino Médio. Essa

escolha não era aleatória, mas uma análise cuidadosa do Currículo de cada disciplina relacionando-o com o Inventário da Realidade. A figura 28 ilustra o momento em que as porções da realidade já haviam sido escolhidas e os professores estão indicando, no cartaz de cada turma, com quais aspectos da realidade poderão fazer relação em cada disciplina.

Figura 28 - Vinculação do Inventário da Realidade com os Planos de ensino



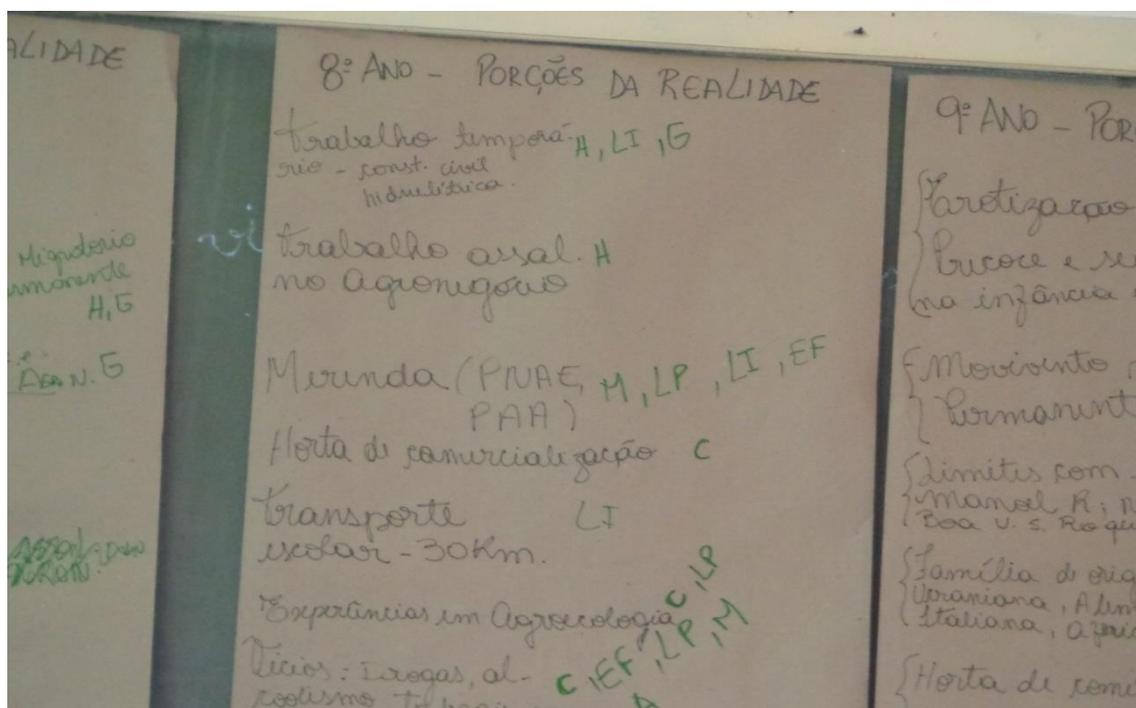
Fonte: Arquivo da Escola, tirada em Fevereiro de 2013

O Trabalho com o Planejamento Coletivo e Interdisciplinar

Nessa dinâmica, iniciamos a fusão do Inventário da Realidade com os saberes acumulados ao longo da história da humanidade organizados em forma de currículo escolar, no estado do Paraná, atendendo às orientações das Diretrizes Curriculares de cada disciplina. Tratava-se de os professores identificarem no inventário da realidade, quais elementos podiam ser utilizados como ponto de partida para a explicitação de cada conteúdo. Cada professor, olhando para a sua lista de conteúdos, identificava qual item do Inventário cabia em sua prática metodológica curricular. A figura 29 ilustra o momento em que as porções da realidade já haviam sido escolhidas e os professores estão indicando, no cartaz de cada turma, onde poderão fazer relação, na frente de cada porção se colocava a letra inicial da disciplina que faria relação com esse

item do Inventário, com um conteúdo específico, presente na sua organização curricular.

Figura 29 - Escolhas das Porções da Realidade pelas disciplinas



Fonte: Arquivo da Escola, tirada em Fevereiro de 2013

O professor podia escolher as porções da realidade, que ele considerava necessário, para relacionar com os conteúdos escolares de cada turma, os objetivos a serem atingidos e as metodologias que seriam utilizadas, bem como a avaliação. O quadro do planejamento ficou assim estruturado:

Na primeira coluna, as Porções da Realidade, que os professores elegiam como ponto de partida, de acordo com o currículo de sua disciplina. Na segunda coluna, os Conteúdo do currículo para a turma e o semestre de referência; na terceira, os objetivos para cada conteúdo elencado, apresentando o que se espera que o educando aprenda; na quarta coluna as metodologias, as formas encontradas pelos professores da turma em questão, de forma coletiva e interdisciplinar, para ensinar o conteúdo; na quinta e última coluna, a avaliação anunciando quais instrumentos (provas, trabalhos...) e os critérios escolhidos para avaliar cada conteúdo.

Porção da Realidade	Conteúdos	Objetivos	Metodologias	Avaliação
				Instrumentos Critérios

Todo esse trabalho foi coletivo entre educadores de cada turma, pois o desafio consistia em articular o trabalho a partir da realidade, garantindo os conhecimentos necessários de forma a dialogarem entre as disciplinas. Após cada grupo de professores concluir a construção do plano, a equipe pedagógica organizava o mesmo, qualificava o trabalho digitando e disponibilizando o documento para cada professor e turma.

Os planos passaram a ser expostos nas salas de aula, ficando em edital e o papel dos estudantes consistia em acompanhar o trabalho destacando os conteúdos que iam sendo trabalhados. Evidenciamos que esse acompanhamento era feito com compromisso, demonstrando interesse e alegria.

Durante todo o ano de 2013, houve reuniões de acompanhamento entre os formadores (professores da Unicentro) e a Equipe Pedagógica do Colégio Pe. Victor. A figura 30 registra um desses momentos.

Figura 30 - Primeira reunião de avaliação do ano de 2013



Fonte: Arquivo da Escola, tirada em Março de 2013

No dia 01 de Abril, a formação continuada teve como tema Currículo e Políticas Educacionais nas esferas Federal e Estadual, foram quatro horas de trabalho com a Professora Marlene Lucia S. Sapelli. As demais formações do ano de 2013 e 2014 foram com o professor Marcos Gehrke e tinham como tema a reformulação do Projeto Político Pedagógico da Escola.

No ano de 2014, o acompanhamento da Universidade ao Colégio Pe. Victor foi financiado pelo Projeto Novos Talentos, CAPES, o que possibilitou muitas ações no sentido de qualificar o trabalho pedagógico. O Colégio teve verba para assinatura de jornais, revistas, compra de multimeios para as disciplinas. Financiamento para impressões e materiais de expediente, muitos livros também vieram para a biblioteca escolar.

Os planos foram retomados, porém com um erro na orientação do processo, a equipe pedagógica, diante da grande porcentagem de educadores novos no estabelecimento, mostrou os planos do ano de 2013 como exemplo, mas não enfatizou que o trabalho do planejamento deveria partir do que já estava pronto, pois eram os planos de cada turma definidos no ano anterior, ou seja, o grupo de 2014 escolheu novas Porções da Realidade, e foi construído um novo planejamento para cada turma. Todo esse processo dificultou um pouco a dinâmica de trabalho, pois planejar por turma e de forma interdisciplinar exigiu do grupo de professores que definissem as porções da realidade e como realizariam as atividades de cada disciplina e também as atividades coletivas. Como o grupo acabou construindo novos planos, o processo foi demorado e perdeu-se muito da característica da coletividade e interdisciplinaridade.

Mesmo com todas as dificuldades relatadas, os planos foram executados, trazendo muita qualidade ao processo de ensino e aprendizagem.

O início do ano letivo de 2015 foi marcado pelo desequilíbrio causado pelo novo porte da escola instituído verticalmente pelo Governo de Estado que, entre outras coisas, diminuiu a carga horária de professor pedagogo e extinguiu projetos importantes para a escola. Outras questões de ordem trabalhista, garantia de direitos como previdência e carreira, levaram a categoria dos profissionais em educação a entrarem em greve, atrasando o início do ano letivo.

As aulas não iniciaram em fevereiro, mas a semana pedagógica aconteceu, mesmo em todo o alvoroço, com a equipe pedagógica resumida, devido à perda de carga horária, as Porções da Realidade foram novamente escolhidas e ainda foi escolhida apenas uma por turma.

Houve greve na educação e os educadores retornaram para as escolas em meados de março, mas o quadro de trabalhadores já não era mais o mesmo, pois haviam ocorrido novas distribuições de aulas e funções. Foi reiniciado o trabalho do planejamento coletivo, agora mediado por outra equipe pedagógica, que seguiria com o trabalho até o final do ano.

No quadro de docentes encontravam-se alguns já com uma caminhada iniciada no colégio e uma grande maioria que ainda não havia tomado contato com a forma de planejamento adotada pelo colégio.

No dia especificado no novo calendário oficial definido após a primeira greve de 2015, reunimos parte do coletivo escolar. A pedagoga que atendia o ensino fundamental e que já possuía uma caminhada com o planejamento coletivo, realizou uma oficina metodológica na qual o trabalho com o planejamento semestral foi iniciado. Naquele primeiro momento não foi possível reunir todos os professores, pois alguns encontravam-se em outras escolas em que também lecionavam.

O planejamento semestral foi reorganizado durante a hora-atividade dos professores com a mediação da equipe pedagógica. No final de abril, já tínhamos um escopo do que representaria a trajetória a ser percorrida naquele semestre.

As aulas iniciaram, porém pouco se avançou na implementação do planejamento e já se enfrentava um segundo momento de luta e mobilizações na educação, o retorno desta ocorreu somente no mês de junho. Poucos dias depois, os educadores se reuniram novamente para fazer um redesenho do planejamento e retomar as atividades.

A implementação do planejamento destinado ao primeiro semestre não ficou a contento do grupo, devido ao pouco ou nenhum domínio dos educadores sobre a proposta e também em função da definição de um terceiro calendário oficial, já que boa parte das reposições de aula ocorreriam dentro do segundo semestre, de forma que os conteúdos, em sua maioria, foram tratados da forma convencional.

O planejamento para o segundo semestre foi iniciado em agosto, agora com um pouco mais de maturação do grupo em relação à proposta, porém, com necessidade de convencimento para alguns. Iniciou-se na coletividade e se desenvolveu durante a hora-atividade em pequenos grupos ou professor/professora individualmente com auxílio da pedagoga. A produção final foi submetida ao coletivo escolar no mês de setembro.

Como ponto de partida para a organização do planejamento, utilizou-se os conteúdos das diretrizes do sistema de ensino, no entanto, buscando uma adequação com a realidade do educando, com base nas porções da realidade que compõem o inventário da comunidade local, de tal forma que a atuação dos educadores fosse para além do repasse de conhecimentos historicamente acumulados, passando pela contextualização da realidade vivida dos educandos.

Buscou-se o envolvimento das diversas disciplinas em torno de conteúdos e porções comuns, tentando favorecer um processo de ensino coletivo e interdisciplinar

A aplicação da proposta construída foi favorecida pelas reposições de aulas que ocorreram aos sábados de manhã, já que muitas das proposições do trabalho com os conteúdos e as porções da realidade necessitavam de saída de campo, o que seria inviável à noite, no caso do Ensino Médio, então aos sábados de manhã tornou-se possível.

Dessa forma, encerramos a narrativa da construção dos inventários da realidade e a construção dos Planejamentos por turma de maneira coletiva e interdisciplinar.

Os educandos tiveram a oportunidade de visitar hortas orgânicas e convencionais da comunidade, fazendo paralelos entre os diferentes tipos de adubação e os impactos sobre o meio ambiente e a saúde, abordados nos diversos conteúdos curriculares.

Realizaram caminhada ecológica em mata no entorno da escola, onde tiveram a possibilidade de observar a preservação ou não da mata ciliar, a extinção de parte da fauna e da flora ocasionada pelos modos de produção agrícola, o relevo, os rios, a poluição das águas causada pelo consumo excessivo e a destinação incorreta do lixo, a percepção da caminhada como atividade física e esporte radical.

Assistiram à palestra informativa de combate a vícios, presentes na cultura da comunidade e utilizada como ponto de partida para diversos conteúdos.

Pesquisaram e produziram cartazes com as origens das famílias da comunidade, suas culturas, costumes e culinária culminando com um jantar, no qual foram servidas comidas que lhes são típicas, ainda nesta porção da realidade, assistiram a apresentação de grupo de dança de Capoeira e a filme apresentando a trajetória histórica do negro no Brasil.

Ocorreram outras variadas atividades em sala de aula e laboratório de informática, como práticas de leitura e pesquisas relatadas em produção de murais, cartazes, produção de paródias, sempre buscando a contextualização com a realidade dos educandos e envolvendo três ou mais disciplinas.

Do ponto de vista dos docentes e equipe pedagógica, o trabalho desenvolvido foi mais reflexivo do que o proporcionado pelo planejamento individual. A proposta foi avaliada e reavaliada em diversos momentos durante o ano letivo e foi melhorada à medida em que sua aplicação exigia. O trabalho colaborativo entre os docentes proporcionou situações de aprendizagens nas quais os educandos puderam relacionar parte dos conteúdos curriculares com as suas vivências cotidianas.

Em sala de aula, houve um pouco mais de engajamento e participação dos educandos, no entanto, observamos pouco ou nenhum avanço no que diz respeito à auto-organização dos estudantes extraclasse, sendo necessário fortalecer as abordagens de conhecimento que favoreçam este processo dentro de sala de aula e fora dela.

Entre as limitações encontradas no processo de elaboração e a aplicação da proposta, pode-se citar a rotatividade dos docentes e o não engajamento de alguns com a proposta podendo ser originado ou não pelo pouco conhecimento dela.

Outra dificuldade encontrada ocorreu devido à impossibilidade de reunir os docentes, alguns momentos que foram utilizados para fins de planejar e replanejar, normalmente eram os previstos em calendário escolar, e os docentes do Ensino Médio eram encaminhados pela SEED a participarem das formações em outras escolas nas quais lecionavam, impossibilitando a sua realização de forma mais participativa.

Mas há de se destacar que ocorreram alguns pequenos avanços e a dedicação dos profissionais para a elaboração de uma proposta de ensino que levasse em conta a especificidade da comunidade.

Obtivemos avanços com a proposta elaborada para o segundo semestre do ano de 2015, que é fruto do trabalho e dedicação do coletivo escolar e que precisa ser reavaliada e realimentada. A continuidade do trabalho iniciado possibilitou uma maior unicidade dos conteúdos que, aplicados de forma interdisciplinar, poderá proporcionar uma formação mais crítica e reflexiva aos educandos.

Princípios adotados para fundamentar o Planejamento Coletivo e Interdisciplinar

No Brasil, os movimentos sociais camponeses, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, através de suas lutas, denunciam que as dificuldades enfrentadas para implementar uma educação pensada a partir das especificidades existentes no campo estão arraigadas às políticas governamentais, na sua maioria ditadas pelas políticas neoliberais. As políticas educacionais pensadas 'para' o campo são co-intencionadas para atender ao modelo de desenvolvimento determinado pelas elites.

Contrariando esse pensamento, as organizações sociais do campo defendem uma educação diferente: uma educação que não seja pensada por alguns especialistas, mas uma educação dos povos sujeitos do campo; uma educação carregada de vida, associada aos sentimentos, à simbologia, ao jeito de viver, à luta, à resistência, ao sonho, enfim, associada a uma vida digna. Daí decorre a ideia de que a educação seja *no* e *do* campo, como explica Caldart (2002, p. 26) "No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais".

As "Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo", oficializadas a partir da Resolução nº 1/2002 – 03 de abril de 2002, do CNE/CEB, oferecem o amparo necessário ao reconhecer o "modo próprio de vida social e de utilização do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da população rural e de sua inserção cidadã na definição

dos rumos da sociedade brasileira”. As diretrizes se tornam “Processo inovador de construção de política pública na relação do Governo Federal com os governos estaduais e municipais, com a sociedade civil organizada e com os povos organizados do campo” (BRASIL, 2004).

A defesa pela garantia de um olhar específico à Educação do Campo é cada vez mais incisiva e pautada em dois argumentos: o primeiro trata da importância da inclusão da população do campo na política educacional brasileira como condição de construção de um projeto de educação, vinculado a um projeto de desenvolvimento de sociedade, com caráter nacional, soberano e justo. O segundo, pauta sobre a diversidade dos processos produtivos e culturais que são formadores dos sujeitos humanos e sociais do campo, sendo estes, necessários à construção do Projeto da Educação do Campo. Não é possível pensar e fazer educação do campo sem reconhecer as matrizes formativas e culturais desse contexto; sem olhar para as práticas que estão sendo vivenciadas e que por meio de seus sujeitos vêm realizando significativas conquistas.

A luta pelo direito à educação se apresenta como fruto das experiências dos movimentos sociais que, unificados, lutam pelo direito a uma educação que lhes pertença. É com essa compreensão que o coletivo do Colégio Estadual do Campo Padre Victor Coelho de Almeida iniciou esse importante processo de formação continuada.

Visando à vivência da cultura camponesa no cotidiano da escola, metodologias diferenciadas, conteúdos curriculares que atendam as especificidades da comunidade onde a escola está inserida, o planejamento coletivo interdisciplinar e a formação continuada voltada para as questões educacionais do campo foram a base e é o que ainda garante a continuidade e o aprimoramento do trabalho pedagógico que vem sendo construído.

O Projeto Político Pedagógico – PPP – é um documento que prescreve como a escola precisa funcionar na sua totalidade. Ele é

[...] um projeto de ser humano, ou seja, uma intencionalidade consciente e explícita em relação ao ser humano que queremos ajudar a formar, com que valores e postura diante do mundo, através da nossa prática coletiva de educador, e dos inúmeros detalhes e escolhas que compõe o cotidiano pedagógico da escola. (MST, 2001, p.13)

O PPP revela a síntese possível da escola que queremos construir na comunidade. Porém, foi preciso ter claro que somente a elaboração de um documento não iria garantir a proposta de educação do campo. Por isso, além da elaboração do PPP e do Regimento Escolar com qualidade, é necessário também qualidade na elaboração dos Planos de Estudo/Planos de Trabalho dos educadores que são traduzidos no dia-a-dia, na prática refletida, cotidiana, no chão da escola que construirá concretamente a escola do campo.

A valorização da cultura camponesa no processo de ensino-aprendizagem é uma das dimensões importantes da pedagogia defendida pelos povos do campo. Essa valorização apoia-se no entendimento de que as experiências de vida da comunidade têm repercussões na escola, bem como o que a escola trabalha e produz efeitos na comunidade. No entanto, a preocupação foi pensar a “Escola do Campo” numa perspectiva de educação que não está centrada unicamente no desenvolvimento cognitivo dos estudantes. O currículo da escola do campo em construção busca atender as múltiplas dimensões do ser humano, para além dos conteúdos e da sala de aula.

Acerca da construção de uma escola diferente no campo:

As práticas pedagógicas forjadas por essa escola (...), com o entendimento de que a formação não acontece com um passo de mágica e de que é importante ter um planejamento que busque refletir a concepção de educação assumida pela mesma. Além disso, a materialização desta proposta (...) é o que nos possibilita dizer que a escola diferente, muito discutida no interior dos movimentos sociais, é aquela que não ensina às crianças simplesmente gritar “palavras de ordem”. Uma escola diferente é aquela que ao ensinar a ler, ao ensinar a calcular, ao ensinar os conhecimentos historicamente construídos e sistematizados, também ensina a olhar o mundo, pensar o mundo e transformar o mundo. (PINGAS, 2007, p.73)

Nesse sentido, desde sua gênese, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, discute educação com base, primeiro, na Educação Popular de Paulo Freire e, em seguida, inicia o estudo da Pedagogia Socialista de Makarenko, Pistrak, Shulgin, Vygotsky, buscando construir uma proposta educacional “com vistas a torná-la instrumento de formação humana, em suas várias dimensões, e que contribua para a emancipação dos sujeitos” (HAMMEL; FARIAS; SAPELLI, 2015, p. 67), que tem como base de

Planejamento o Complexo de Estudos. No caso do Colégio Pe. Victor, o Complexo de Estudos não foi implantado na sua integralidade, apenas foi construído o Inventário da Realidade e os Planos de Estudos de forma coletiva e interdisciplinar.

No campo do plano pedagógico, a organização do trabalho acontece a partir do inventário da comunidade que se divide em porções da realidade. As porções da realidade possibilitam ter como base da produção do conhecimento a materialidade da vida.

Se partirmos do pressuposto de que a realidade é um instrumento fundamental para a formação dos sujeitos, ela precisa ser apreendida por todos para que possa fundamentar o processo pedagógico vinculado às questões da atualidade. Neste sentido, há necessidade e inventariar a realidade e buscar nela os elementos que contribuirão para a construção do conhecimento (HAMMEL; FARIAS; SAPELLI, 2015, p.73)

Ao assumir essa organização, a escola deixa de se preocupar pura e simplesmente com os conteúdos voltados para a formação cognitiva. Ela assume sua inserção na comunidade e discute questões não mais no campo abstrato, mas no real, o que possibilita pensar a vida, a situação existente e as possibilidades de mudá-la, além, é claro, de orientar para a necessária intervenção que possibilite isso acontecer. Altera, de forma significativa a forma da escola.

Experiência do Planejamento Coletivo Interdisciplinar

A Construção do Planejamento Coletivo e Interdisciplinar possibilitou várias experiências ao coletivo do Col. Pe. Victor, que renovou suas práticas arraigadas, principalmente no que se refere à Organização do trabalho Pedagógico, com ênfase no Planejamento Escolar. Brevemente vamos apresentar algumas ações que foram repensadas no percurso formativo do Projeto Novos Talentos.

A Experiência na Formação dos professores e educadores da Escola

A formação continuada dos professores e educadores esteve presente em todos os momentos do desenvolvimento do Planejamento Coletivo e Interdisciplinar, era preciso conhecer, entender para depois executar. Os professores formadores, Marcos Gehrke e Marlene Lucia Siebert Sapelli, trataram de vários assuntos pertinentes à organização do Trabalho Pedagógico: Planejamento, Currículo, Avaliação, Interdisciplinaridade, Gestão, Organização do Trabalho Pedagógico, Ensino e Aprendizagem, Inventário da Realidade. Todos esses temas eram necessários para a construção de um planejamento escolar capaz de fazer a escola cumprir com seu papel maior que é socializar o conhecimento construído pela humanidade na relação do homem com ele mesmo e do homem com a natureza.

O exercício que o professor precisou fazer, de olhar para o currículo de sua disciplina e verificar os conteúdos de cada semestre para as turmas de escolarização, verificando no quadro do Inventário da Realidade as porções correlatas com os conteúdos, e pensar o objetivo que pretende e a forma, metodologia que necessitará aplicar para que o aprendizado aconteça, foi inovador, principalmente na relação entre duas ou mais disciplinas.

O registro, relatos de experiências que se pretendia, também era formativo, pois quando relatamos algo, necessariamente avaliamos o processo e tiramos conclusões sobre como poderia ter se organizado. No entanto, esse exercício ficou muito limitado, poucos professores e educadores se colocaram a relatar suas experiências pela escrita. É preciso investir nessa proposta e conscientizar que é necessário.

O Planejamento por Turma Coletivo e Interdisciplinar

As práticas de planejamento que aconteciam na escola anterior ao Projeto de Extensão, eram de responsabilidade de cada professor de forma individual. Houve momentos em que professores da mesma disciplina se reuniam no início do ano na Semana Pedagógica para fazer os planejamentos, depois digitavam e entregavam para as escolas, sem considerar, as especificidades de cada uma.

Essa prática inovou-se e foi necessária muita formação para que isso se efetivasse de fato. Os professores do Col. Pe. Victor se reuniam por turma e planejavam por turma, de forma coletiva, por estarem reunidos no coletivo da escola e interdisciplinar, por terem a possibilidade de pensarem seu planejamento, partindo do currículo de sua disciplina, tendo como elo com a prática social as Porções da Realidade, que possibilitavam o diálogo com as demais disciplinas.

Todo esse exercício possibilitou a construção de Planos de Estudos por turma, para os dois semestres do ano letivo, ou seja, eram construídos dois planos por ano. No quadro 7, apresentamos o exemplo do planejamento do 9º ano, para o primeiro semestre, apenas no que se refere a uma porção da realidade. Nessa porção, não estão elencados todos os conteúdos do currículo das disciplinas envolvidas para o 1º semestre.

Quadro 7 - Exercício de planejamento

PORÇÃO DA REALIDADE	CONTEÚDOS	METODOLOGIA	AVALIAÇÃO
Formas Diferencia das de organização das comunidades. LP, H e G.	História -Proclamação da república - revoltas no campo e na cidade nos primeiros anos da república: Guerra de Canudos; Guerra do Contestado; Revolta da Vacina; Revolta da Chibata e movimento operário. Geografia Globalização e organismos mundiais: Globalização e o meio ambiente; Globalização e org. Econômicas. Português Texto Narrativo	A disciplina de Português conceituará o que que é narrativa, texto narrativo. Proporá a construção de textos narrativos das histórias das diferentes comunidades que compõe a comunidade escolar. História e Geografia utilizarão as narrações das histórias das comunidades, que serão organizadas pela disciplina de Português, para introduzir seus conteúdos. A disciplina de história organizará a turma em grupos para realizar pesquisas sobre as diferentes revoltas, como os movimentos se organizaram, quais eram as formas de organização. Irão escrever narrativas sobre cada uma delas para apresentar para os demais colegas. A disciplina de Geografia também organizará grupos, como objetivo de pesquisar as características de cada Bloco econômico: Tipo de acordo, evolução econômica, países que compõe, moedas e circulação de pessoas e Serviços, percebendo que cada bloco econômico tem sua forma de organização.	Trabalho de pesquisa. -Construção de questionários. -Apresentação e registros das pesquisas realizadas. -Avaliação escrita, com ou sem consulta, (questionário interpretativo) -Produção das narrativas.

Fonte: arquivos da escola

No último ano de construção dos Planos, optou-se por não ter uma coluna com os objetivos, mas que esses viessem expostos fora da tabela, por uma questão de espaço, por essa razão nesse plano não temos a coluna dos objetivos, como apresentado anteriormente.

Podemos observar no plano exposto que o eixo de ligação entre as disciplinas foi a porção da realidade “Formas diferenciadas de organização das Comunidades”, que possibilitou o diálogo entre os conteúdos de Geografia, História e Língua Portuguesa.

O Papel das Professoras Pedagogas no acompanhamento da experiência

Como a construção de planejamento era de responsabilidade de cada professor das disciplinas do Currículo, as professoras pedagogas tinham como responsabilidade receber esses planejamentos e arquivar na escola, verificando se estavam compatíveis com a proposta Curricular da Escola.

Com a implantação dessa nova prática de Planejamento, que chamamos de coletivo e interdisciplinar, essa função assumiu novas características. As pedagogas do Col. Pe. Victor fazem parte do coletivo de construção dos Planos coordenando o processo de construção, orientando os professores quanto ao processo de planejamento. Sendo assim, conseguem ter um panorama de toda a organização curricular da escola, de cada turma. Não ficam mais só preocupadas com o recebimento do Plano e se este está de acordo com a Proposta Curricular da Escola, pois eles têm viva a Proposta Curricular que está presente desde o início da discussão e elaboração do documento, todo esse processo lhe possibilita fazer conexões com outras áreas do conhecimento e auxiliar os professores para que também façam conexões.

Participação dos Funcionários (as) da Escola

Importante destacar que é uma elaboração coletiva, envolvendo todos do coletivo da escola. Os Funcionários e Funcionárias da Escola exercem um papel importantíssimo na elaboração do Inventário da Realidade e dos Planos de Ensino, pois a maioria deles mora na comunidade e conhece de fato a

realidade em que a escola está inserida, ajudando no início de cada ano a apresentar o Inventário da Realidade aos professores novos que não participaram do processo, também colaboram na sistematização dos planos, impressão e apresentação.

Relação com a Universidade

A Universidade, nas pessoas do professor Marcos Gehrke e da professora Marlene Lucia Siebert Sapelli – Coordenação da Educação do Campo, esteve presente no processo de formação continuada e na orientação da Construção dos Planos de Ensino e contribuíram imensamente para a implantação da proposta. É importante destacar que a formação continuada oferecida pela mantenedora Secretaria de Estado da Educação – PR não tem possibilitado grande reflexões sobre a prática pedagógica, pois tem se limitado a textos curtos, questões objetivas, *como pinte a bolinha vermelha, amarela ou verde*, conforme a intenção da resposta. E a Unicentro, na pessoa dos professores citados, nos possibilitou muitas reflexões sobre as práticas educativas da escola e, principalmente, acerca dos fundamentos político-pedagógicos que dão base para tais transformações. Cada vez mais vimos a Universidade perto da escola e a escola próxima à universidade.

Novas Práticas pedagógicas, por turma ou coletivas

A escola se encheu de vida e a vida se viu repleta de escola. Todas as práticas escolares foram revistas, o que possibilitou ricas experiências, mas é importante salientar o limite do relato escrito que, nem sempre acontece.

A biblioteca da escola se renovou, novos livros, periódicos como jornais e revistas foram comprados, por meio de assinaturas por um ou dois anos. Além disso, novas práticas de leituras foram pensadas no planejamento coletivo, como a bolsa de livros que viaja pelas comunidades com textos para leitura para toda família. Caixas de livros que visitam as turmas do ensino médio que, por terem uma aula a mais de Língua Portuguesa, desenvolvem um projeto de leitura semanal com a professora da disciplina. A Biblioteca e seus profissionais são responsáveis pela seleção de livros previstos nos planos de

ensino e conforme a temática prevista nos mesmos. Também ocorreu a prática de leitura de livros acompanhada pela apresentação de trechos de filmes, principalmente nas disciplinas de História e Língua Portuguesa – literatura. Exemplo: A Menina que Roubava Livros, O menino do Pijama Listrado – relacionados ao conteúdo do Nazismo e do Holocausto.

Houve a organização do Caderninho de Conceitos, no qual os educandos registraram cada conceito novo que foram aprendendo, assim, ao chegar ao final do ano, tinham organizado a minienciclopédia da série que cursaram.

As visitas orientadas, que frequentemente aconteceram nas comunidades do entorno escolar, fábricas, parques, cinema, conforme a porção da realidade, aproximaram mais o conteúdo da realidade dos educandos, pois na visita se faz relação com o conteúdo curricular.

Houve ações coletivas que possibilitam trabalhar um conteúdo do currículo de forma interdisciplinar, a partir da troca de experiências entre as turmas e a comunidade como: Feira de Sementes Crioulas, Seminários sobre Conteúdo específico, Palestras com profissionais de diferentes áreas e lanches culturais. Esse último apresentamos com mais detalhes a seguir.

Experiência: Dia das crianças cultural! Resgate das comidas típicas da comunidade: Perogue ou Perorrê, Pizza, Cuca Alemã, Canjica e Cachorro Quente. Outubro de 2014. Nesse evento, participaram todas as turmas do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º Anos. Todas as disciplinas se envolveram, mas Língua Estrangeira Moderna, História e Geografia é que planejaram esse lanche cultural. Inglês estava trabalhando o vocabulário de Comidas; História estava tratando da colonização do Brasil e geografia discutia a Formação da População da Região Sul do Brasil. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa nas turmas para saber quais eram as descendências dos estudantes, que relataram serem de origem Ucraniana, na sua maioria, alemães, italianos e, mesmo sem serem indicadas valorizamos a cultura indígena e africana, pois sabemos da invisibilidade da história dessas descendências. As culturas Ucraniana e Polonesa seriam representada pelo prato típico de Pirogue, conhecido também por Perorrê. A cultura Alemã pela Cuca Alemã, que a escola já recebia na merenda escolar. A Italiana pela Pizza que a escola

providenciou. As Origens Africanas e indígenas pela Canjica com leite. O Cachorro Quente também se fez presente, pelo fato da disciplina de inglês ter enfatizado que na cultura Americana, o uso de lanches na alimentação também é muito forte. A escola solicitou aos pais descendentes de imigrantes Ucranianos quem poderia contribuir com o preparo do pastel cozido Perogue. Várias mães se colocaram à disposição para ajudar, enviando para a escola a lista dos ingredientes necessários. A equipe pedagógica separou todos os ingredientes trazidos pelos estudantes que também trouxeram os pastéis preparados, faltando apenas o molho, que as profissionais da cozinha fizeram. Todos os alimentos foram organizados em uma grande mesa no saguão coberto da escola. Era próximo ao dia das crianças e esse momento foi uma forma também de homenagear os estudantes. A equipe Pedagógica, junto com os professores e Estudantes, que fabricaram as bandeiras, construíram um lindo Painel, como ilustram as imagens a seguir.

Figura 31 - Lanche Cultural – Painel I



Fonte: Arquivo da Escola, tirada em Outubro de 2014

Figura 32 - Lanche Cultural – Painel II



Fonte: Arquivo da Escola, tirada em Outubro de 2014

Os educandos foram servidos pelos professores e todos gostaram muito da experiência. Foi um momento muito rico de aprendizado e confraternização.

Considerações Finais

Conforme análise realizada, consideramos que a experiência marcou positivamente todos os envolvidos, pois fez renovar o processo de planejamento, evitando práticas antigas como, por exemplo, executar planos de trabalhos já construídos de outra escola, às vezes urbanas, com realidades distintas, mudando apenas o nome da escolar e às vezes até esquecendo de efetuar essa mudança, ficando a Escola do Campo à mercê de outros planejamentos, distantes de sua realidade.

Destacamos que o trabalho possibilitou ao professor fazer de suas aulas espaços de aprendizagem significativa, pois, aprender a partir do que já conhecemos faz da aprendizagem um processo mais eficaz. Trazer elementos da realidade para a sala de aula e problematizar a realidade, o modo de vida, faz do aprendizado um ato transformador.

A equipe pedagógica precisa estar inteirada de todo o processo para poder orientar e conduzir o planejamento, também tem um papel importante na divulgação com os educandos e na execução dos planos, pois são esses profissionais que fazem os contatos para visitas, organizam materiais para as

atividades junto com os funcionários de escola, ficam atentos a detalhes mínimos para que tudo o que foi planejado aconteça da melhor forma e qualidade possível. Muitas falhas aconteceram por falta de condução correta por parte dos Professores Pedagogos, principalmente na retomada dos Planos. Felizmente, todos amadureceram e buscaram realizar todas as tarefas da melhor forma possível.

O que foi observado na prática foi uma grande dificuldade por parte dos professores em listar os conteúdos e cumprir com todas as etapas do planejamento. No início de cada semestre, a construção dos planos foi demorada e necessitou de acompanhamento pedagógico quase todo o tempo de elaboração do plano de cada disciplina. No segundo semestre, todo o processo foi realizado com mais facilidade e rapidez, demonstrando maior conhecimento. Uma grande dificuldade é a rotatividade de professores presentes nas escolas do campo como um todo, esse fenômeno exigirá mais formação continuada.

Houve um aprendizado geral, de todos da escola. As maiores falhas aconteceram quando o grupo ainda não estava dominando o processo, entendendo os princípios e se colocando na posição de aprendiz.

Destacamos que o professor encontra limites no planejamento, haja vista, a rotatividade dos mesmos nas escolas, a falta de experiência no planejamento coletivo, o pouco conhecimento do campo e seu contexto, a dificuldade no articular o conhecimento da sua disciplina com as demais e o contexto ou realidade, entre outros.

Uma questão muito preocupante é a tendência em planejar bem e na hora de executar, ou não executa como planejou ou executa outras ações, muito boas na maioria das vezes, e pela correria das aulas, acabam não registrando no planejamento, se perdendo a ideia para o próximo ano. Também há muita dificuldade em não registrar as experiências.

O uso do livro didático também é uma limitação, pois alguns profissionais fazem o planejamento utilizando o Sumário do Livro Didático de sua disciplina, deixando de utilizar como referência primeira as Diretrizes Curriculares ou a Proposta Curricular de sua disciplina.

Todas as limitações vão sendo superadas cada vez que o grupo reflete sobre sua prática e avalia o processo. A experiência avançou no envolvimento

dos estudantes com o planejamento e seu acompanhamento, no compromisso dos educadores em planejar e executar.

Muitas ações foram concretizadas e toda essa forma de organização com os planejamentos alterou todo o processo de organização da escola. O núcleo passou a ser o processo de ensino e aprendizagem, também o campo, a comunidade, os conflitos e contradições reais vivenciadas pelos sujeitos do campo. Muitos foram os aprendizados de todos os envolvidos no processo.

Referências

BRASIL. **Referências Nacionais para a Educação do campo**. MEC/SECAD. Brasília, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma Educação do Campo**: Traços de uma identidade em construção. *In*: KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo (orgs) e CALDART, Roseli Salete (org.). Coleção Por Uma Educação do Campo, nº4. Brasília, 2002.

PINGAS, Maria Rosenilda. Monografia: **Educação Matemática no cotidiano da Escola Itinerante Olga Benário do Assentamento Celso Furtado e a relação com a Cultura Camponesa Sem Terra**. Veranópolis, UERGS, 2007.

PARANÁ, SEED. **Parecer N.º 1011/10, aprovado em 06 de outubro de 2010**. IN: Coletânea de Legislação Educacional, Vol. XVIII, Curitiba, 2010.

PARANÁ. Colégio Padre Victor Coelho de Almeida. **Projeto Político Pedagógico**, 2014.

HAMMEL, A.C., FARIAS, M.I., SAPELLI, M. L. S. **Complexos de Estudo – do Inventário ao Plano de Estudos**, *in*: CALDART, R. S., FREITAS, L. C. E SAPELLI, M. L. S. (orgs.). Caminhos para Transformação da Escola 3. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MST. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: Acompanhamento às Escolas. Boletim da Educação, Porto Alegre: Gráfica e Editora Peres Ltda, n. 8, julho de 2001.

UNICENTRO. Universidade Estadual do Centro-Oeste. Proposta de Atividade Extensionista. Texto mimeo. Guarapuava, 2013.

COLÉGIO ESTADUAL DE PINHALZINHO- ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO: REFLEXOES SOBRE O VIVIDO NO PROJETO NOVOS TALENTOS

Celia Regina Rodrigues; Maria Aparecida Tauscher; Pedro Pereira e Vilma Loures Ramos Pereira

Introdução

Trazemos aqui o relato parcial da experiência pedagógica vivida no Projeto Novos Talentos no Colégio Estadual do Campo de Pinhalzinho, vinculado à Secretaria de Estado da Educação – SEED, no Município de Goioxim, Paraná, na comunidade de Pinhalzinho.

O Projeto Novos Talentos veio fortalecer o trabalho pedagógico da escola, ainda que tenhamos avançado pouco, diante de tantos limites da mesma, como a falta de um quadro permanente na escola, as distâncias e o limite no acesso, dentre outros.

Destacamos os avanços na compreensão do que seja o projeto da Escola do Campo e a prática de planejamento. Aspecto que precisamos seguir trabalhando na escola.

Nosso trabalho está estruturado trazendo inicialmente a descrição da escola e sua história. Na sequência, relatamos o processo de constituição da identidade de Escola do Campo, a partir disso apresentamos o vivido no planejamento coletivo e as práticas realizadas, por fim, as considerações e referências.

Descrição da Escola

A escola é resultado da luta dos Movimentos Sociais, especialmente do MST. Sua implantação se deu devido à união dos moradores na reivindicação de acesso à educação próxima às suas residências. As comunidades organizaram-se em associações de pequenos agricultores e produtores, principalmente de leite. O objetivo destas organizações era dar qualidade de vida à população, tendo como principal eixo a busca por melhorias no atendimento à saúde, à educação e a luta por políticas de geração de emprego

e renda.

No princípio denominava-se Escola Estadual de Pinhalzinho e foi criada em 25 de março de 1993, na Gestão do Governador Roberto Requião, situada no Distrito de Pinhalzinho, Município de Cantagalo, tendo como mantenedor o Governo do Estado do Paraná.

A escola iniciou suas atividades após a publicação do Parecer 1446/93 do dia 25 de Março de 1993, que autorizava a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental. A partir desta data, as séries foram sendo implantadas de forma gradativa.

No início, a escola funcionou com uma de 5ª Série, com 87 educandos, no ano de 1993, no salão da Igreja São João Batista. Nessa mesma localidade, já na época, eram ministradas aulas de Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Educação Física e Educação Artística. As condições para o ensino eram muito precárias, a Escola contava com apenas 02 (dois) professores, cabendo a cada um ministrar 04 (quatro) disciplinas e os mesmos eram os seguintes: Amauri Antônio Fontana, formado em direito e Lídio Luiz Bialas, formado em administração agrícola. No referido local, onde os educandos estudavam, não havia mesas e tampouco cadeiras para os educandos, sendo tudo muito improvisado. Contavam com mesas feitas de madeira bruta e quatro banquetas feitas do mesmo material. Essa situação perdurou por um ano, até a construção da Escola que seria em alvenaria.

Nos anos subsequentes, foram implantadas as demais séries: 6ª em 1994, 7ª em 1995 e 8ª em 1996. Em 1994, foi inaugurado o prédio onde funcionaria a Escola.

No mesmo prédio, funcionou até o ano de 2009, a Escola Rural Municipal Colônia Piquiri - Ensino Fundamental I. A primeira turma que concluiu o Ensino Fundamental na Escola Estadual de Pinhalzinho continuou os estudos no Colégio Dr. João Ferreira Neves, localizado na vila de Goioxim, no período noturno, uma vez que por se tratar de uma turma composta por adultos e até mães de famílias, estes precisavam trabalhar durante o dia. Para chegar ao Colégio, estes percorriam aproximadamente 50 km, distância esta que dificultava ainda mais a permanência dos estudantes no Colégio.

Em 1995, Goioxim, reconhecido até então como Distrito de Cantagalo, passou a ser Município, tendo, em 1996, a primeira eleição e, em 1997, seu

primeiro mandato político. E foi deste desmembramento que veio o nome da localidade, pois conforme um marco histórico de divisas de território, o qual era feito com a plantação de pinheiros, deu-se o nome Pinhalzinho.

Pela Escola já passaram inúmeros profissionais, porém existe a dificuldade de acesso, pois as estradas não pavimentadas encontram-se em situação irregular e quando chove na região há dificuldade de acesso às localidades mais distantes. Os meios de locomoção utilizados pelos educandos para chegar à escola são: ônibus e kombi.

O Estabelecimento de Ensino está estruturado, porém, seu espaço físico foi idealizado para atender poucos educandos do Ensino Fundamental. Hoje, atendemos também educandos do Ensino Médio, portanto, falta espaço físico. Contamos com profissionais das diversas áreas, fazendo com que a qualidade do ensino seja um benefício de todos e não apenas daqueles que moram nos centros urbanos, porém, isso não basta, pois a localidade fica a 30 (trinta) Km da área urbana de Goioxim e distante do município de Marquinho. Por causa da precariedade das estradas e difícil acesso à escola, a grande maioria dos educandos cursava até a 8ª Série e não dava continuidade aos estudos. Cursar o Ensino Médio era algo bastante difícil para estes educandos em virtude da distância da escola. Diante disso, inúmeros pedidos para que se ofertasse essa fase de ensino chegaram à escola.

No ano de 2009, o Estabelecimento de Ensino resolveu pleitear a abertura do Ensino Médio e a Direção teve essa iniciativa com o apoio de todo o Corpo Docente, Administrativo e Pedagógico. Foram diversas revisões no processo de implantação até a sua aprovação, pois a localidade dispunha de demanda para abertura dos três anos do curso, porém, chegava a notícia de que a implantação seria gradativa como se deu no Ensino Fundamental. A equipe que estava à frente do projeto estava muito bem informada e lutou para que a implantação se desse de forma simultânea. Depois de inúmeras reuniões e discussões, foi protocolado e provado que na localidade e nas comunidades vizinhas tínhamos demanda para a 1ª Série, 2ª Série e 3ª Série. Dessa forma, no dia 20 de Janeiro de 2010, a Secretaria de Estado da Educação - Superintendência de Desenvolvimento Educacional - Diretoria de Administração Escolar - Coordenação de Estrutura e Funcionamento, aprova o Parecer 151/10 - CEF/SEED - autorizando o funcionamento do Ensino Médio,

sendo que esta autorização foi pelo prazo de 01 (um) ano. Assim, a Escola Estadual de Pinhalzinho – Ensino Fundamental – passou a denominar-se Colégio Estadual de Pinhalzinho – Ensino Fundamental e Médio.

O Colégio funciona em dois turnos, contando com as seguintes turmas: 6º, 7º, 8º e 9º anos (Vespertino) e 1º, 2º e 3º ano Ensino Médio (matutino).

Atualmente, está sob a Direção do Professor Pedro Pereira e conta com uma pedagoga, 11 professores, dois agentes II e três agentes I. Conta com 153 educandos no total, desses, 96 estão cursando o Ensino Fundamental II e 57, o Ensino Médio. Os educandos são atendidos por professores (as) especialistas e agentes I e II capacitados para oferecer um ensino de qualidade e ajudar na construção de um cidadão mais crítico, perspicaz e ativo numa sociedade que vive em constante mudança.

Assumindo a identidade da Escola do Campo

A partir de 2009, a SEED passou a desenvolver ações que objetivavam a reorganização do atendimento escolar dos sujeitos do campo, garantindo coerência com os documentos oficiais, orientadores para a implementação de políticas públicas educacionais da Educação do Campo. Cumpre destacar que, entre os anos de 2000 a 2008, a SEED ampliou de 318 estabelecimentos escolares estaduais que se declararam no Censo Escolar como sendo da área rural (campo), para o total os 423 estabelecimentos escolares, representando um aumento de 35% de Escolas do Campo.

Diante deste contexto, a SEED, por meio dos processos n.º 1337/2009, de 01/12/2009 e processo n.º 330/2010, de 01/03/2010, encaminhou solicitação de apreciação de proposta do Departamento da Diversidade, Coordenação de Educação do Campo sobre a identidade e organização das Escolas do Campo da Rede Pública do Estado do Paraná. Após amplo debate na Câmara de Educação Básica e no Conselho Pleno, prevaleceu a decisão de que o Sistema Estadual de Ensino deve acolher a solicitação da SEED, a partir do Parecer normativo 1011/10 - CEE/CEB, que prevê a identificação das escolas localizadas no campo ou que atendam sujeitos do campo e nominarem-se Escolas do Campo.

Esse processo nos traz aqui a constituição do Parecer 1011/10-CEE/CEB que normatiza a criação da identidade da Escola Pública do Campo no Estado do Paraná e a Instrução 001/2010 SSED/SUED/SUD, que orienta as escolas nos procedimentos necessários, documento este que nos orientou na construção da identidade da escola. O trabalho foi realizado juntamente ao Núcleo Regional de Educação (NRE) de Guarapuava.

Iniciamos com a realização da assembleia, com participação dos educandos, educadores, funcionários, instâncias Colegiadas (APMF, Grêmio Estudantil, Conselho Escolar), movimentos sociais locais e comunidade. Para isso, a equipe precisou conhecer os documentos, pensar propostas, debater possibilidades, dividir as tarefas para o dia da assembleia e, principalmente, ter clareza dos objetivos que toda essa ação exige.

Para a preparação de uma das assembleias, no Colégio, organizamos o evento com a direção e a equipe pedagógica. Foi planejada a abertura com a mística, que é uma prática na educação do campo, que foi organizada pelos educadores e educandos; os convites foram encaminhados pela direção da escola; o lanche foi feito pelas funcionárias do colégio; a preparação da pauta, apresentação do documento e a coordenação da assembleia ficou sob responsabilidade do NRE; a apresentação do histórico da escola com os professores; a ata sob responsabilidade da secretaria do colégio; foi feita uma apresentação sobre Educação e Escola do Campo com um professor convidado.

Na assembleia realizada no Colégio, a coordenação do NRE apresentou o parecer e o propósito da identificação do colégio como do campo, destacando que seu reconhecimento como Escola do Campo traria benefícios junto ao SERE, para adequação dos registros para fins de informação censitária, estatística, político-pedagógica e de financiamentos específicos. Fez também um breve relato da trajetória da Educação do Campo a nível nacional e estadual, falando da importância do desenvolvimento de mecanismos que possam ampliar a participação das Instâncias Colegiadas e comunidade na escola e/ou se articularem com a sociedade civil organizada, particularmente, com as organizações populares e movimentos sociais vinculados à Educação do Campo. Destacou que a escola que se auto definir como do campo precisa necessariamente organizar, com a comunidade escolar, atividades e conteúdos

significativos ao contexto socioeconômico, político, cultural e socioambiental, considerando as orientações vigentes nas diretrizes, legislação, projeto político pedagógico e outros. Enfatizaram as atividades educacionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável, solidário e agroecológico, a auto-organização, princípios da Educação do Campo.

Ouviu-se uma breve fala apresentando o que seria uma Escola do Campo: uma escola pensada com a participação dos sujeitos do campo; que rompa com a ideia de que o campo é atrasado e sem perspectiva de vida; que ajude a juventude a pensar saídas para seus sonhos e desejos; que coloque toda comunidade em movimento, saindo das paredes da escola; ajude a organizar os sujeitos, entre outros. Por fim, abriu-se para falas, posições e debate.

Nesse sentido, em Assembleia com a comunidade escolar, mudamos a nomenclatura da escola que passou de Colégio Estadual de Pinhalzinho para Colégio Estadual do Campo de Pinhalzinho, isso em 2010. A partir desse fato, começaram a surgir várias indagações sobre o que mudaria além da nomenclatura e como trabalhar. Concluímos que a mudança não poderia ficar só no nome do Colégio, para tanto, convidamos professores do Núcleo Regional de Educação para orientar a forma mais adequada de trabalharmos, pois existiam muitas dúvidas de todos os professores. Fomos orientados a realizar estudos sobre a questão da Educação do Campo, especialmente as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, também privilegamos sempre a participação da comunidade escolar.

No decorrer do trabalho, os professores sentiram a necessidade de buscar mais conhecimento e fizeram pós-graduação em Educação do Campo, aspecto que trouxe mais qualidade à formação realizada.

Nessa busca permanente, garantimos sempre a participação dos professores em encontros, seminários, cursos, para adquirir mais conhecimento e trocar experiências com outros professores das escolas do campo. Dentre os encontros dos quais participamos, está o Encontro Estadual de Educação do Campo, organizado pela Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, em agosto de 2013, em Cândói; o II Seminário Regional de Educação do Campo, em Pitanga, 2013; o evento da Educação do campo

em São Carlos/SP, em 2014 e, em várias formações na Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, instituição formadora próxima de nosso município.

No ano de 2014, teve início o Projeto Novos Talentos que, entre tantos estudos e propostas, nos ajudou a repensar a escola e na elaboração do Planejamento Coletivo com o Ensino Fundamental.

Inventário da realidade: ponto de partida para conhecer a comunidade e organizar o trabalho

A realização do inventário da realidade (MST, 2013) foi o ponto de partida para o trabalho no Colégio. Conforme orientação, tínhamos um roteiro e, com base no mesmo, foram realizadas várias reuniões com três a quatro famílias de cada comunidade, principalmente as lideranças que, indagadas pelos professores, expunham os problemas enfrentados em cada comunidade, os anseios, as lutas.

Tendo em vista que as escolas do campo têm a possibilidade de uma aproximação maior com as famílias dos educandos, percebeu-se a necessidade de fazer um estudo para traçar o perfil dos mesmos, e levantar dados precisos em relação ao contexto. Nesse sentido, desenvolvemos reuniões nas comunidades para desencadear o levantamento da realidade. Destacamos os aspectos levantados:

- a) **Organização:** clube de mães, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Associações, Cooperativas familiares e do agronegócio.
- b) **Trabalho e renda:** quais os meios de sobrevivência dessas comunidades, sendo que foram relatados: produção de frutas, criação de animais, construção civil, extrativismo da erva mate, boia fria, diaristas, escola, postos de saúde, aposentados, produção leiteira, autônomos, assalariados, transporte escolar, funcionários públicos, dentre outros.
- c) **Referente à cultura e lazer, temos:** festas das igrejas, jogos de futebol, bocha, torneio de laço, festa do Divino, festas surpresas de aniversário, festa do colono, cavalgada.

- d) **Produção:** há grandes propriedades com plantio de pinus, eucalipto e produtos do agronegócio (soja, trigo, fumo, cevada), assentamentos e pequenas propriedades rurais (reforma agrária), arrendatários e meeiros. Todas as comunidades lutam por reforma agrária, educação do campo de qualidade, internet gratuita e de qualidade nas escolas, melhoria da infraestrutura de estradas e serviços públicos de qualidade, reconhecimento das associações de produtores agroecológicos, pela moradia.
- e) **As fontes educativas:** cachoeiras e rios, fazendas, propriedades rurais orgânicas, cooperativa, assentamentos.
- f) **População dessas comunidades:** trabalhadores (urbanos e rurais) e com baixa escolaridade, algumas famílias de imigrantes (poloneses, italianos) e também indígenas e caboclos.
- g) **Problemas:** desmatamentos em área de preservação ambiental, plantação em larga escala de pinus e eucalipto, estradas rurais em situação precária, falta de atendimento à saúde, falta de regularização fundiária, precariedade dos assentamentos (luz, água, esgoto, coleta de lixo), alcoolismo, drogas lícitas e ilícitas, saneamento básico na sede, desemprego, êxodo da juventude para as indústrias de Santa Catarina.

Escola do Campo: princípios adotados para pensar a escola a partir dos Novos Talentos

Por meio de muito diálogo, após a realização e organização do inventário, iniciamos o trabalho de planejamento, considerando alguns fundamentos. Nas reflexões realizadas com o grupo de educadores, algumas dimensões foram consideradas básicas no processo de pensar a transformação da Escola do Campo nos aspectos metodológicos e didáticos. Ainda que, cada uma em si mesma não garanta que a escola seja transformada ou que altere suas finalidades sociais, é pela conjunção delas e pela intencionalidade no trabalho pedagógico que as inclui que se pode conquistar alguns avanços significativos no projeto educativo da Escola do Campo. As dimensões destacadas são as seguintes:

- a) Alterar as formas organizativas da Escola do Campo. O trabalho para transformar as formas organizativas, as formas de gestão, não é apenas um detalhe que se coloca nas escolas. Na lógica da escola capitalista, as formas organizativas devem agir sobre os educandos da classe trabalhadora para que aprendam a obedecer, a submeter-se, se não a um padrão autoritário, a regras impessoais de uma ordem social que não pode ser mexida. Portanto, é necessário explicitar e retrabalhar as formas de organização e de gestão da escola, na perspectiva da educação do campo, ou seja, a participação, as novas relações sociais, o trabalho em grupo, as avaliações permanentes e coletivas do trabalho pedagógico, entre outras.
- b) Trabalho na escola. A escola que se conhece foi desenhada como um lugar onde se separa o aprender do fazer, por isso, sua centralidade absoluta na sala de aula. A prática, o fazer na escola, subverte a forma convencional de escola e pode gerar mudanças. Precisamos reconhecer e tornar o trabalho a base integradora do projeto formativo da escola, vinculando os conhecimentos escolares ao mundo do trabalho, da produção, da cultura que o trabalho produz. Por isso, o inventário da realidade como base para apontar possibilidades de trabalho na escola e na comunidade e seus vínculos com o conhecimento escolar.
- c) Aspectos metodológicos e didáticos. A Escola do Campo precisa tratar as questões da realidade rompendo a lógica de trabalhar o conhecimento escolar como se ele tivesse sido produzido fora da vida social, da política, da cultura, da história, desafiando a um repensar da forma do trabalho pedagógico com o conhecimento, que valorize diferentes modos de conhecer, que rearticule teoria e prática, conteúdos escolares e vida real. Faz parte do processo de construção de uma nova forma escolar a reflexão sobre como as práticas educativas escolares devem trabalhar com a dimensão do conhecimento e seu vínculo com a vida inventariada.
- d) Os tempos educativos na Escola do Campo. Precisamos caminhar para reorganização deste tempo, aproveitar bem e pensar formas de

aumentar o tempo. Nas experiências dos movimentos sociais, especialmente o MST, têm-se trabalhado com um conjunto de tempos educativos para organizar o trabalho pedagógico, destacando tempos: seminário, trabalho, leitura, oficinas, cultura, aula, entre outros (MST, 2005). Por isso, o planejamento coletivo precisa prever esses tempos.

- e) A Escola do Campo e as Vivências Geradoras. A temporalidade humana, o contexto, as vivências socioculturais dos sujeitos, o conhecimento, a intenção do projeto político de escola são aspectos que permearam nossa discussão. Colocar um tempo de reflexão sobre o contexto e as vivências socioculturais dos sujeitos, aqui denominados de relação escola e vida, ou seja, o conhecimento escolar e a realidade inventariada, devem gerar práticas pedagógicas transgressoras. As vivências geradoras são vivências sociais com forte vínculo com a realidade e, quando tomadas para organizar a formação e o ensino, colocam-se no sentido da formação humana. Pistrak (2000) chama isso de formação para atualidade, isto é, aquilo que tem sentido e significado em nosso tempo pode ser estudado e compreendido pela coletividade da escola. Enquanto escola, precisa-se tomar o cuidado para não tomar as vivências sociais e associá-las aos interesses unicamente das faixas etárias, dos temas, de projetos de trabalho, enfim, da aula. Freitas (2003, p.56) nos fala sobre a formação para atualidade dizendo: Deve-se entender por formar na atualidade tudo aquilo que na vida da sociedade do nosso tempo tem requisitos para crescer e desenvolver-se e que em nosso caso tem a ver com as grandes contradições da própria sociedade capitalista. As vivências geradoras na escola podem ser trabalhadas desde a necessidade da própria vida e da cultura no campo e do conjunto da sociedade e mais que tematizar as questões do campo, tornam-se projetos de estudo que exige a vivência, a combinação entre o estudo conceitual e teórico com o mundo prático e concreto. Nesta relação, constituem-se os conhecimentos escolares, procedimentos didáticos, tempos e espaços necessários, próprios e adequados para cada vivência na perspectiva de tornar mais densa a formação humana. As vivências geradoras

emergem do contexto e das vivências socioculturais dos sujeitos e precisam ser planejadas, pois, em função delas, é que se colocarão os conteúdos da escola e o programa escolar. A organização dos conhecimentos escolares, mais que um programa crítico, ético e comprometido, precisa colocar-se no movimento totalizante da escola e do campo, das vivências geradoras. Mais que criticar conteúdos escolares, trata-se de vivenciar concretamente a experiência social, suas contradições, analisar limites e criar possibilidades de superação. Freitas (2003) lembra sempre que a contradição central é: “homens não devem explorar outros homens – não é ético”.

f) Pesquisa participante e a metodologia de ensino na Educação Básica.

O trabalho pedagógico voltado à educação do campo, trabalhando com os conteúdos curriculares e os saberes dos sujeitos inventariados na realidade, implica uma metodologia que se adeque à natureza do trabalho camponês. Esta proposta de educação exige das práticas educativas dos educadores a permanente relação entre pesquisa da realidade e a organização do conhecimento desde os eixos propostos nas diretrizes da educação do campo da SEED, assumidas como modo de organização do trabalho pedagógico. Dentro desta metodologia, pode-se colocar em movimento a Pesquisa da Realidade, os Eixos da Educação do Campo, as Disciplinas e/ou Áreas do Conhecimento e os Conhecimentos Escolares (conteúdos) e o inventário da realidade.

Com esses elementos tratados passamos a planejar a ação pedagógica da escola, desde o plano do trabalho docente e o conjunto do plano de ação da escola.

Planejamento coletivo e interdisciplinar: a experiência, os avanços e desafios

Para o bom funcionamento e andamento das atividades escolares, um planejamento construído a partir da realidade local com a participação de toda a comunidade escolar, se torna indispensável e essencial ao planejamento específico que contemple as particularidades do contexto do Campo.

Todos os aspectos aprendidos na escola precisam estar ligados a seu mundo do trabalho, suas experiências. O planejamento escolar e a forma de ensinar devem contemplar as peculiaridades do campo, estando atenta ao mundo do trabalho daqueles que fazem parte de seu dia-a-dia.

Para tanto, o planejamento coletivo voltado para a Educação do Campo, desenvolvido juntamente com a UNICENTRO, a partir de 2013, teve como objetivo a formação continuada de professores, baseada na prática pedagógica, fazendo uma releitura da vida, não mudando o currículo em si, mas ligando-o com realidade atual, as chamadas “porções da realidade” dos complexos temáticos de Pistrak (2000). A universidade teve a função de acompanhar, organizar, planejar e executar o projeto na Escola do Campo, ajudando na conexão dos conteúdos das disciplinas com a realidade inventariada na prática docente. Portanto, o planejamento foi elaborado no coletivo com a comunidade escolar, professores e demais profissionais da escola. Tendo assim como propósito elencar o que conecta a realidade aos conteúdos específicos das disciplinas.

Sendo o planejamento de maneira coletiva, o foco principal foi de agregar a realidade do local dentro do currículo. Pistrak (2000) indica que há a necessidade de a realidade atual estar conectada ao planejamento escolar, considerando-a como ponto de partida.

O objetivo fundamental da escola é, portanto, estudar a realidade atual, penetrá-la, viver nela. Isso não quer dizer, certamente, que a escola não deva estudar as ruínas do passado: não, deve estudá-las, e assim será feito, mas com a compreensão de que são apenas ruínas do passado, e de que seu estudo deve ser iluminado à luz da realidade atual no sentido já indicado, à luz da luta travada contra o passado e da transformação da vida que deve levar à sua liquidação. (PISTRAK, 2000, p. 26)

Neste contexto, a escola não precisa somente estudar a realidade atual, precisa, educar na realidade atual, modificando a disciplina, fazendo uma revisão no ensino, impregnar a realidade, a qual está ligada à organização dos sujeitos do campo, para que assim eles possam valorizar também a sua cultura, articulando desta forma a escola e a vida, no planejamento coletivo.

Após a estruturação da pesquisa da realidade junto à comunidade escolar e a produção da tabela do inventário, o trabalho passou a ser o planejamento de ensino junto a todos os professores de todas as disciplinas. Nesse momento, o trabalho consistiu em confrontar a lista de conteúdos do semestre com as porções da realidade da tabela do inventário. A pergunta era: quais das porções da realidade que têm mais potencial para conectar-se aos conteúdos escolares que precisamos ensinar? Como podemos conectar mais de uma disciplina na mesma porção? Portanto, da tabela do inventário eram escolhidas as porções frequentes na vida dos educandos e relacionadas aos conteúdos previstos naquele ano e em cada turma. O conteúdo não deixava de ser ensinado, mas conectado e significado com a realidade, cumprindo a interdisciplinaridade.

No trabalho de planejamento coletivo e interdisciplinar, os professores foram reunidos, com as listas do conteúdo de sua disciplina, os livros didáticos e o inventário da realidade para preparar o trabalho em cada turma. Uma determinada “porção da realidade” dizia se sua disciplina podia estar voltada para o trabalho naquela turma.

Com o olhar dos professores especialistas nas disciplinas envolvidas, configurar, a partir dos levantamentos disponíveis, que aspectos da *atualidade da vida* dão conta de ancorar o processo educativo previsto nos objetivos formativos e instrucionais do bimestre. Quais são as grandes questões da vida que podem ser conectadas a tais objetivos. Aqui são articulados os elementos dos inventários do meio com os aspectos teóricos das disciplinas, simultaneamente, agrupando-os de forma a propor complexos gerais (partes da realidade que permitem a integração de análise, oriundos das várias disciplinas em questão) e que são comuns a todas as disciplinas. (FREITAS, 2002, p. 172).

Evitando, para tanto, que cada conteúdo seja trabalhado de uma maneira fragmentada, não tendo uma ligação com outras disciplinas, se fez necessário essa junção, que pode ser um caminho de superar o trabalho pedagógico.

O planejamento coletivo passou a ser sistematizado num único quadro envolvendo todas as disciplinas. Esse foi organizado para cada semestre do ano letivo. No quadro semestral, temos as Porções da realidade, os conteúdos

escolares por disciplina, os Objetivos de Ensino, as Metodologias de ensino detalhadas e interdisciplinares e a Avaliação. A título de ilustração, apresentamos um dos exercícios de planejamento realizados no coletivo de professores, tomando por base a “porção da realidade” Criação de animais de pequeno e grande porte na agricultura familiar.

Quadro 8 – Exercício de planejamento

PORÇÃO DA REALIDADE	CONHECIMENTOS ESCOLARES	METODOLOGIAS INTERDISCIPLINARES
Criação de animais de pequeno e grande porte na AF	<p>Ciências: classificação de animais (aves e mamíferos); raça e tipos de animais; características dos dois grupos; impactos ambientais na criação dos animais; alimentação e habitat; vacinação; reprodução e gestação.</p> <p>Matemática: cálculos envolvendo a comercialização e o custo de produção; medidas de capacidade e massa; sistema monetário.</p> <p>Língua portuguesa: produção textual: solicitações, fábula, verbetes; leitura de diferentes gêneros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Visitação às propriedades dos agricultores X e Y com aplicação dos instrumentos de pesquisa; • Escrever solicitações: para as famílias a serem visitadas e para o transporte da SEMEC; • Elaborar o roteiro de observações; • Criar tabelas para anotações de dados de campo; • Na biblioteca escolar, separar e ler textos que tratem sobre aves e mamíferos • Fazer anotações das informações importantes; • Aula expositiva e organização dos registros trazidos pelos estudantes; • Uso de mídias para novas informações e conhecimentos; • Resolução de problemas matemáticos focando a criação de galinhas e vaca leiteira; • Calcular o custo de produção a partir de dados reunidos as propriedades; • Ler fábulas de diferentes autores; • Selecionar causos da localidade envolvendo animais e criar fábulas; • Escrever verbetes dos diversos conceitos aprendidos no estudo sobre os animais; • Pesquisar e construir uma chocadeira e reproduzir pintainhos de diferentes raças para distribuir entre as crianças.

Fonte: Arquivo da Escola

Constatamos que o fato de planejar é um trabalho dos educadores no campo e na cidade, o que muda é a forma de fazê-lo e o modo de ensinar e de

educar. Evidenciamos que tivemos avanços, pois os professores articularam a realidade aos seus conteúdos e desenvolveram seu trabalho, ou parte dele, de maneira interdisciplinar, aspecto que precisamos realizar mais vezes, superando a divisão entre o discurso e a prática.

Todo esse trabalho de planejar coletivamente, reunir num documento único, faz com que o coletivo visualize a ação coletiva. A coordenação pedagógica consegue com isso fazer o papel de apresentar e explicar aos estudantes tudo que vai acontecer no semestre e acompanhar os professores. Inclusive incentivar os estudantes a opinarem no planejamento e, principalmente, acompanhar sua execução. Ou seja, eles passam, a saber, o que vai acontecer ao longo do semestre antecipadamente, especialmente o que vão aprender e como serão avaliados, como será a metodologia, as visitas que farão. Ou seja, a escola cumpre a função democrática assumida no PPP do estabelecimento.

Com a produção do planejamento coletivo que o Colégio vem fazendo, a identidade de escola do Campo vai sendo construída, visando trazer para dentro do currículo escolar o trabalho e as experiências dos educandos, pretendendo, desta forma, colaborar com os mesmos na compreensão de que é possível apropriar-se do conhecimento fazendo relação com a vida, ou seja, para que percebam que no campo podemos ter uma boa qualidade de vida tendo acesso à cultura, permitindo possivelmente uma maior interação entre o saber curricular historicamente produzido e a situação social vivenciada pelo educando.

Um dos principais desafios e dificuldades encontrados no trabalho é a rotatividade de professores na escola, ou seja, não contamos com a mesma equipe durante o ano e, de um ano para outro, mudam drasticamente, evitando o aprofundamento e a continuidade. Com isso, a universidade também fica limitada, pois, sempre precisa retomar a formação e trabalhar tudo novamente, já que o grupo muda.

Avançamos nas práticas pedagógicas, não avançamos no seu registro, mas destacamos a realização de reuniões na escola e nas comunidades, o planejamento coletivo e da gestão, ampliamos a participação dos estudantes, reorganizamos a biblioteca escolar, potencializamos o trabalho com a leitura e a escrita, retomamos a horta escolar, o trabalho com proteção das fontes,

participamos ativamente de momentos de formação de professores na região e para além dela, realizamos visitas aos moradores mais antigos da comunidade, para conhecer a cultura local, os costumes, crenças e tradições, desenvolvemos entrevistas com os pais e moradores da comunidade, elaborando e aplicando questionários, melhoramos na produção de textos, transcrição de relatos e desenhos a partir das pesquisas realizadas, promovemos oficinas sobre plantas medicinais, artesanato, entre outras atividades, com a participação da comunidade.

Por fim, consideramos ter avançado na construção da identidade da Escola do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a avaliação do trabalho, percebemos que ainda temos dificuldades em aplicar na prática a metodologia, trabalhando os conteúdos da proposta de ensino adequando-os a uma porção da realidade, a qual exige mais informação e empenho, pois os educadores passam de um planejamento individual para um planejamento coletivo.

Consideramos que o trabalho colaborou com a formação de professores e sua identidade com o campo e resgatou nos jovens a oportunidade de concluir seus estudos e, posteriormente, não irem embora para as cidades, mas sim permanecer no campo, percebendo que têm condições de vida, valorizando seu entorno, sua cultura, sua terra, seu local de sobrevivência, resgatando sua própria identidade, sendo uma aprendizagem mais prazerosa quando o educando faz parte deste processo.

Descrevendo o processo vivido pela escola na relação com a Universidade, consideramos que o projeto de formação de professores da UNICENTRO, desenvolvido no Projeto Novos Talentos, visou colaborar para a melhoria da prática docente, na ampliação profissional do educador e trouxe novos olhares para os estudantes do campo. Nesse sentido, a mudança de metodologia, tanto de planejamento como de ensino, e seu currículo, não é uma tarefa fácil, é um processo lento, pois é construído de maneira coletiva e interdisciplinar, ele é visto como favorável tanto para a escola como para os

educandos do campo, porém, precisamos de maior acompanhamento da universidade na sequência.

Outro limite e anseio que preocupa a escola é a rotatividade dos professores na escola, ou seja, a cada ano os professores são redistribuídos pela SEED, quem hoje está em um colégio no ano seguinte pode não estar, e que aqueles que receberam esta formação são poucos os que voltam no ano seguinte para trabalhar, pois muitos professores têm contrato temporário, o que ocasiona da indefinição de qual escola estarão ano seguinte.

Pensando na particularidade de um planejamento do e no campo, é preciso superar a práxis, que exige do professor maior empenho na busca de informação, pois o planejamento ainda está em andamento, o qual o professor tem a função de continuar com este novo método de trabalhar o currículo partindo da realidade dos povos do campo.

As Escolas do Campo precisam pensar nas especificidades de seus educandos, com isso, o planejamento conectado à sua vivência traz muito mais entusiasmo para os educandos, que aprendem o currículo agora voltado para a sua realidade atual, mudando a forma de ver o mundo, valorizando suas culturas e as suas histórias, trabalhando assim com uma identidade própria para a Escola do Campo.

Referências

- BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 1 de 3 de abril de 2002. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, abr. 2002.
- FREITAS, L. C. **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.
- FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 5 ed., Campinas: Papyrus, 2002.
- MST. **Plano de estudos da escola itinerante**. Cascavel: Edunioeste, 2013.
- PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná**. Secretaria de Estado da Educação - SEED. Curitiba, 2006.
- _____. Parecer 1011/10- CEE/CEB. **Consulta sobre as Normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo**. Conselho Estadual de Educação CEE/CEB. Curitiba, 2010.

_____. DEDI/SEEC. **Orientações para mudança de nomenclatura das Escolas/Colégios do Campo**. Secretaria de Estado da Educação – SEED. Curitiba, 2011.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.